

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 53.851 - BA (2017/0082842-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : A L P DA S
ADVOGADOS : GUTEMBERG MACEDO JUNIOR - BA011865
EDUARDO VIANA PORTELA NEVES - BA018281

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA** contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do mesmo Estado da Federação.

Consta dos autos que, irredigido com a decisão, proferida pelo Juízo de primeiro grau de jurisdição, que concedeu liberdade provisória ao recorrido, o Ministério Público interpôs recurso em sentido estrito e impetrou, na Corte de origem, mandado de segurança objetivando a concessão de efeito suspensivo ao referido recurso.

O Colegiado Estadual referendou a decisão monocrática do Desembargador Relator pelo indeferimento liminar do *mandamus*, em acórdão assim ementado:

"AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PRISÃO PREVENTIVA. INDEFERIMENTO. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CONCESSÃO DE SEGURANÇA PARA ATRIBUIR EFEITO SUSPENSIVO (PEDIDO DE DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA). IN ADMISSIBILIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA DE JULGAMENTO. ART. 584 DO CPP. APLICAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 267 DO STF. WRIT. EXTINÇÃO. ART. 10 DA LEI Nº 12.016/2009. DECISÃO MONOCRÁTICA. MANUTENÇÃO.

I - A concessão de segurança para conferir efeito suspensivo a recurso em sentido estrito, deferindo pedido de decreto de prisão preventiva de réu em ação penal, suprime instância de julgamento, eis que tal competência pertence ao juiz da causa (art. 589 do CPP) e à Turma Criminal competente para julgar o recurso (art. 99, II do RITJBA).

II - Interpretando o art. 584 do CPP, o STJ tem, reiteradamente, decidido descaber a concessão de segurança para conferir efeito suspensivo ao recurso em sentido estrito que não o tenha.

III - Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição (súmula 267 do STF).

IV - A inicial será desde logo indeferida quando não for o caso de mandado de segurança, conforme dispõe o art. 10 da Lei nº 12.016/2009.

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO." (e-STJ, fl. 141).

Nas razões recursais, o *Parquet* defende a ilegalidade da decisão proferida pelo Tribunal de origem, que indeferiu liminarmente o processamento do mandado de segurança.

Requer o provimento do recurso para que o Superior Tribunal de Justiça "conceda a segurança postulada no mandado de segurança que inaugura os presentes autos ou entendendo não estar a causa pronta para julgamento, que determine ao Tribunal de Justiça da Bahia que proceda ao processamento e julgamento do mérito do *mandamus*" (e-STJ, fls. 172-173).

Pedido liminar indeferido (e-STJ, fls. 189-190).

Parecer do Ministério Público Federal opinando pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 230-235).

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece prosperar, visto que o acórdão impugnado encontra-se em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Com efeito, esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe a impetração de mandado de segurança para conferir efeito suspensivo a recurso em sentido estrito interposto contra decisão que revoga a prisão preventiva do réu.

A propósito, os seguintes julgados:

"PENAL E PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS* CONTRA DEFERIMENTO DE LIMINAR. SUPERAÇÃO DA SÚMULA N. 691 DO STF. LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA PELO JUIZ DE PRIMEIRO GRAU EM AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO PARA CONFERIR EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO LOCAL. LIMINAR QUE RESTABELECE A PRISÃO CAUTELAR SEM RAZÕES DE DECIDIR. NÃO CABIMENTO. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS. ORDEM CONCEDIDA.

1. Consoante a jurisprudência desta Corte, não é cabível, em regra, a impetração de mandado de segurança para fins de obter efeito suspensivo a recurso em sentido estrito interposto contra decisão que deferiu liberdade provisória ao acusado. Precedentes.

2. A teor do art. 93, IX, da Constituição Federal, todas as decisões judiciais devem ser fundamentadas, até mesmo para servir de controle sobre a atividade intelectual do julgador, padecendo de teratologia apta a superar o óbice da Súmula n. 691 do STF a decisão de relator de mandado de segurança que, em liminar, determina a prisão cautelar do réu sem evidenciar, minimamente, a necessidade e a adequação da medida extrema à luz dos parâmetros do art. 312 do CPP.

3. *Habeas corpus* concedido para cassar a liminar concedida no MS n. 2221562-28.2015.8.26.0000 e restabelecer os efeitos da decisão que deferiu ao paciente a liberdade provisória, sem prejuízo do ulterior julgamento de mérito a ser proferido no recurso em sentido estrito do Ministério Público local." (HC 341.147/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 2/3/2016).

"PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR. FLAGRANTE

ILEGALIDADE. AFASTAMENTO DA SÚMULA 691/STF. ART. 2º DA LEI 12.850/13; ART. 15 DA LEI 7.802/89; ART. 299 DO CÓDIGO PENAL; E ART. 56 DA LEI 9.605/98. LIBERDADE PROVISÓRIA DEFERIDA EM 1ª INSTÂNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO EM SENTIDO ESTRITO INTERPOSTO PELO *PARQUET*. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA EM 2ª INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

I - Apesar de não se admitir, em princípio, a impetração de *habeas corpus* contra decisão que denega pedido liminar em sede de *writ* impetrado na origem, sob pena de se configurar indevida supressão de instância (Súmula 691/STF), uma vez evidenciada teratologia ou deficiência de fundamentação na decisão impugnada, é possível a mitigação do mencionado óbice (precedentes).

II - Afigura-se incabível, na espécie, a impetração de mandado de segurança para fins de conferir efeito suspensivo a recurso em sentido estrito interposto contra decisão que defere pedido de liberdade provisória (precedentes).

III - Dessa forma, não subsiste razão para que não se restabeleça a r. decisão que deferiu a liberdade provisória ao ora paciente, uma vez que esta se mostrou suficientemente fundamentada. *Habeas corpus* concedido de ofício para cassar a r. decisão liminar objurgada no sentido de restabelecer a r. decisão de 1ª instância, sem prejuízo do resultado do ulterior julgamento do recurso em sentido estrito interposto." (HC 316.367/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/6/2015).

Desse modo, não se verifica ofensa à direito líquido e certo do recorrente.

Ante o exposto, com amparo no art. 34, XVIII, "b", do RISTJ, **nego provimento** ao recurso em mandado de segurança.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, baixem-se os autos à origem.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator